

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

SETEMBRO E OUTUBRO DE 2013

Entre os dias 30 de setembro e 5 de outubro de 2013 o movimento indígena no Brasil promove uma série de MANIFESTAÇÕES acerca da grave situação que ora vivem as populações indígenas. Trata-se da existência de uma sucessão de projetos de lei (no âmbito do legislativo) e de medidas governamentais (no executivo) que afrontam e ameaçam DIRETAMENTE os direitos garantidos pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988. Eis alguns exemplos: PEC 215, PEC 38, PL 1610, PL 2498, PLP 227, Portaria 303/AGU, Portaria Interministerial 419). Todos têm como alvo os DIREITOS SOCIAIS dos povos indígenas e, em especial, o DIREITO à TERRA e aos recursos nela existentes, e estão diretamente ligados ao avanço do grande capital no país (agronegócio, projetos de crescimento econômico, empreiteiras, mineradoras, indústria do turismo, capital imobiliário etc.).

Não somente os povos indígenas estão sendo alvejados. No atual cenário, populações tradicionais em geral, povos quilombolas e as unidades de conservação vivem o mesmo processo, já que se situam em terras visadas por iguais motivos. As convenções internacionais assinadas pelo Brasil não estão sendo cumpridas, em especial a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e lideranças indígenas tem sido ameaçadas, removidas de suas terras e assassinadas, além de conviverem com históricos problemas ainda não resolvidos. Isto sem falar das recentes revelações do relatório Figueiredo, a apontar torturas e violências ocorridas durante a ditadura militar instalada em 1964, e que regem as ações de muitas instituições e grupos na sociedade brasileira ainda hoje.

Em Santa Catarina a situação é igualmente grave: além da demora absurda para a homologação de suas terras e descumprimentos de medidas compensatórias exigidas por lei nos locais onde foi feito algum acordo, lideranças indígenas tem sofrido pressões de grupos anti-indígenas, que aumentam seu poder no governo, nas mídias e até mesmo em associações civis de todos os tipos, algumas criadas especificamente para desconstituir os direitos indígenas.

É importante a articulação de movimentos sociais, sindicais, comunitários, feministas e todos os que já atuam no âmbito dos direitos humanos na resistência a este projeto societário e desigual, desumano e destruidor, que avança a olhos vistos em nosso país e em nosso estado.

Assim sendo, no dia 02 de outubro deu-se a mobilização na Terra Indígena Morro dos Cavalos (Palhoça/SC), somando índios Guarani de diversas aldeias do litoral de Santa Catarina e apoiadores. Em defesa da Constituição Federal de 1988 e da imediata homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos pela Presidente Dilma Roussef, o ato foi iniciado na opy (casa cerimonial) e finalizado na BR 101, com trancamento do trânsito e acompanhamento da Polícia Rodoviária Federal. Somando faixas e cartazes, a rodovia foi palco do xondaro (ritual guarani), durante o qual cantos e danças visavam fortalecer os direitos territoriais indígenas e a finalização de processos demarcatórios. Cultura e direitos constitucionais somados. Este deve ser o Brasil.